



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 07 e 08 DE OUTUBRO DE 2021

1 Nos dias sete e oito de outubro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi
2 realizada a 25ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).
3 Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 07: Ailton Benedito de Souza
4 (MPF); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eneida Canêdo
5 Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura Júnior
6 (CONAM); Joselito de Araújo Sousa (PF); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (SNPG/MMFDH);
7 Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Marcelo Chalhó (OAB); Márcia Regina Ribeiro Teixeira
8 (CNPB); Maria das Graças Bezerra (ANCED); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE);
9 Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Rafael
10 Raeff Rocha (MJSP); Rogério Giannini (CFP); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL);
11 Virgínia Dirami Berriel (CUT); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Dia 08: Ailton Benedito de
12 Souza (MPF); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eneida
13 Canêdo Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura
14 Júnior (CONAM); Joselito de Araújo Sousa (PF); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos
15 (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPB);
16 Maria das Graças Bezerra (ANCED); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo
17 Tavares Mariante (ABGLT); Rafael Raeff Rocha (MJSP); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard
18 (MRE); Rogério Giannini (CFP); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Virgínia Dirami
19 Berriel (CUT); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

21 **Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e**
22 **analisadas pela Mesa Diretora, com destaques da Mesa – Resolução nº 04, de 03 de setembro**
23 **de 2015 - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou a reunião
24 cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e a equipe da Secretaria
25 Executiva do CNDH. Registrou a presença de representantes de instituições convidadas ao Plenário,
26 agradecendo pela disponibilidade de estarem presentes na reunião. Dando sequência, solicitou que
27 as denúncias fossem projetadas, questionando se há alguma observação aos conselheiros. O Vice-
28 Presidente Darci Frigo discorreu que a Denúncia nº 4 (00135.221427/2021-57) está como do estado
29 do Maranhão, porém é de Minas Gerais, solicitando a correção e observou que a Denúncia nº 12
30 (00135.215460/2019-23) possui o mesmo teor da Denúncia nº 4. Informou que participou de uma
31 reunião com as comunidades relacionadas na denúncia, sugerindo que seja acompanhada pela
32 Comissão Permanente de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. O Presidente Yuri
33 Michael Pereira Costa confirmou que as duas denúncias possuem o mesmo teor, solicitando que a
34 Secretaria Executiva agregasse a Denúncia nº 12 à Denúncia nº 4. Em seguida, colocou a proposta
35 de encaminhamento da denúncia à Comissão Permanente de Defensores e Defensoras de Direitos
36 Humanos em processo de votação, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. A Conselheira
37 Márcia Regina Ribeiro Teixeira sugeriu que as Denúncias nº 7 (00135.219975/2021-17) e nº 8
38 (00135.219982/2021-19/00135.209014/2021-02) fossem encaminhadas para a Procuradoria-Geral
39 de Justiça do Ministério Público da Bahia, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O
40 Conselheiro Marcelo Chalréo discorreu que não entendeu o motivo do envio de ofícios ao
41 Subsecretário da Guarda Municipal de Porto Seguro/BA referente à Denúncia nº 11
42 (00135.220950/2021-66), uma vez que possui relação com a região do Rio São Francisco entre os
43 estados de Alagoas e de Sergipe. Registrou que receberam um ofício do Fórum de Povos e
44 Comunidades Tradicionais de Sergipe solicitando uma reunião emergencial com a Comissão Terra
45 e Água para tratar do licenciamento da Exxon Mobil na foz do Rio São Francisco. Ponderou que
46 possuía o conhecimento de que seria expedido um ofício ao IBAMA solicitando a suspensão de
47 uma audiência pública para discussão desse empreendimento diante uma série de vícios na sua
48 convocação. Havendo dificuldades de manifestação pela Conselheira Eneida Canêdo Guimarães
49 dos Santos, o Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin registrou que a conselheira manifestou-se no
50 *chat* da reunião questionando sobre a Denúncia nº 13 (00135.221528/2021-28), entendendo que o
51 seu registro está equivocado. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa relatou que há um erro na

52 construção da planilha em relação ao registro da denúncia, solicitando que a Secretaria Executiva
53 realizasse essa correção. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira sugeriu que fosse
54 encaminhado também um ofício à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) da
55 região, à DPU e ao Ministério Público Ambiental referente à Denúncia nº 11, para que informassem
56 as ações que foram realizadas. O Conselheiro Marcelo Chalréo explanou que essas sugestões já
57 estão sendo realizadas, inclusive, já foi ajuizada uma ação civil pública para evitar ou impedir o
58 licenciamento da forma como está ocorrendo. Relatou que um dos documentos que receberam do
59 Fórum já possui o indicativo de encaminhamento às promotorias e aos PFDCs regionais de outros
60 estados, tendo em vista que o impacto desse empreendimento trará consequências para além da foz
61 do Rio São Francisco. O Sr. Ítalo Bruno Lima Nonato informou que não houve a expedição do
62 ofício relacionado à Denúncia nº 11 como indicado na planilha. O Conselheiro Leandro Gaspar
63 Scalabrin afirmou que concorda com as sugestões da Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira e
64 informou que a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos enviou o teor da Denúncia nº 13
65 para inclusão na planilha. O Conselheiro Marcelo Chalréo solicitou que os membros da Comissão
66 Terra e Água participem da reunião virtual que será realizada com o Fórum de Povos e
67 Comunidades Tradicionais de Sergipe diante a quantidade de demanda e o universo abarcado pelo
68 empreendimento Exxon. Não havendo mais comentários, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
69 colocou a planilha de denúncias em processo de votação, sendo aprovada pela unanimidade dos
70 presentes. **Abertura da 25ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri
71 Michael Pereira Costa iniciou a reunião aberta cumprimentando a todos e desejando boas-vindas
72 aos conselheiros e às pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. Registrou a
73 presença de representantes de instituições convidadas ao Plenário, agradecendo pela disponibilidade
74 de estarem presentes. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:** Dando sequência,
75 informou que, provavelmente, o país atingirá a marca de 600 mil mortes pela pandemia de Covid-
76 19 no dia de amanhã. Registrou que a SNPG/MMFDH realizou a chamada para comparecimento
77 presencial dos trabalhadores e trabalhadoras a partir do dia 15 de outubro sem exceções, ratificando
78 que a deliberação do Plenário de que os trabalhadores vinculados ao CNDH permaneçam em
79 regime de teletrabalho ainda permanece. Explanou que a Mesa Diretora tem se debruçado no
80 levantamento de informações e na análise da atual situação no Distrito Federal, inclusive, há um
81 indicativo com algumas condicionantes de realizar uma reunião híbrida da Mesa Diretora no final
82 do mês de outubro. Destacou os eventos relevantes que estão sendo organizados pelo Conselho e

83 notificou que, no dia 21 de setembro, foi realizada a aprovação da resolução do CNJ sobre a Política
84 Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, na qual há expressa referência à Resolução
85 CNDH nº 40/2020. Discorreu que receberam uma manifestação formal ao CNJ, solicitando que o
86 Conselho possa indicar representação da Comissão Terra e Água ao Grupo de Trabalho criado para
87 a construção de manual de diretrizes em matérias de reintegração de posse coletiva. Relatou que foi
88 elaborada manifestação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e ao MMFDH, a
89 partir da deliberação ocorrida na última reunião do CNDH, referente à violação de direitos humanos
90 no Brasil composta por registros de diferentes comissões. Registrou os avanços na construção de
91 documento técnico sobre violações de direitos humanos no contexto da pandemia e arrazoou que,
92 no dia 8 de outubro, será realizada discussão com instituições sobre a atuação em defesa da
93 democracia diante os inúmeros ataques. Informou que a Comissão Permanente de Segurança
94 Pública e Direitos Humanos realizou uma oitiva, no dia 6 de outubro de 2021, com uma soldada da
95 Polícia Militar do Maranhão, destacando a importância desse tipo de evento. Registrou que, no
96 período de 14h as 16h, será realizado um debate sobre o marco temporal e ameaça aos direitos
97 humanos dos povos indígenas. Abrindo para os informes dos conselheiros, a Conselheira Mônica de
98 Alkmim Moreira Nunes comunicou que, no último sábado, o Movimento Nacional de Direitos
99 Humanos, acompanhado por mais de 80 organizações e coletivos, realizou um informe à Comissão
100 de Direitos da Criança da ONU apontando a conduta reiterada do Presidente Jair Bolsonaro na
101 utilização de crianças em simulações de uso de arma de fogo, a qual foi respondida na última
102 segunda-feira condenando veementemente essa conduta. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin
103 salientou a luta contínua dos atingidos por crimes ambientais, que lançaram a Jornada Nacional
104 Atingidos em Luta por Justiça no dia 5 de outubro de 2021. Explanou que fazem parte dessa
105 Jornada Nacional o Encontro Nacional das Crianças Atingidas por Barragens a qual acontecerá no
106 dia 16 de outubro e uma semana de atividades de solidariedade entre os próprios atingidos que
107 acontecerá entre os dias 25 e 29 de outubro. Discorreu que também será lançada a Plataforma
108 Virtual Arpilleras e que será realizado um grande ato em Bento Rodrigues de denúncia dos seis
109 anos do crime de Mariana/MG no dia 5 de novembro e outro em Governador Valadares/MG e
110 Colatina/ES referente aos três anos do crime de Brumadinho no dia 25 de janeiro. Informou que, no
111 dia 15 de setembro de 2021, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) realizou
112 uma grande audiência pública sobre a necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 2788/2019 que
113 trata da Política Nacional dos Direitos dos Atingidos. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura

114 Júnior informou que o Projeto de Lei nº 827/2020 vetado pelo Presidente Jair Bolsonaro teve o seu
115 veto derrubado, sendo sancionado na noite do dia 6 de outubro. Relatou que os movimentos
116 populares urbanos realizaram dois dias de mobilização em comemoração ao Dia Mundial do
117 Habitat (04/10), o primeiro de reunião plenária e debate e o segundo com ações junto aos
118 Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Economia (ME) cobrando mais recursos
119 para moradia e a revogação da EC 95/2016. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota solicitou que
120 fosse incluída a discussão e elaboração de um posicionamento do CNDH sobre a crise do Comitê de
121 Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) na pauta. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
122 salientou a importância do Conselho se manifestar sobre esse assunto, passando ao próximo
123 informe. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel comunicou que representou o CNDH no VI Fórum
124 Regional Empresas e Direitos Humanos no dia 4 de outubro, no qual foi abordado basicamente os
125 impactos da Covid-19 no mundo do trabalho e sobre a PEC nº 32 da Reforma Administrativa e os
126 seus impactos. Finalizados os informes, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou aos
127 conselheiros sobre a possibilidade de incluir na pauta a discussão e elaboração de um
128 posicionamento do CNDH sobre a crise do CNPCT e não havendo posicionamentos contrários, foi
129 aprovada a sua inclusão como pauta emergencial. Dando continuidade aos informes, a Conselheira
130 Eneida Canêdo Guimarães dos Santos informou sobre o ataque sofrido pelos trabalhadores de
131 Acará/PA no dia 1º de outubro de 2021, destacando que estão organizando uma missão com a
132 Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região. O Vice-Presidente Darci Frigo notificou que houve
133 movimentação do Projeto de Lei nº 1595/2019 no Congresso Nacional, sugerindo que fosse
134 incluído na pauta caso algum conselheiro esteja acompanhando e tenha alguma sugestão de medida
135 de incidência. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa ponderou que a ideia é que o Projeto de Lei
136 do Antiterrorismo entre na pauta da tarde caso algum conselheiro tenha alguma contribuição para
137 além do que já está sendo feito. **Referendo de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos**
138 **Humanos CNDH: (i) sobre a policial militar do Maranhão presa ao se recusar a fazer hora**
139 **extra por precisar amamentar o filho - Processo SEI nº 00135.222489/2021-86:** O Presidente
140 Yuri Michael Pereira Costa colocou a referida Nota em processo de votação, sendo aprovado pela
141 unanimidade dos presentes. **(ii) sobre o risco de grave violação de Direitos Humanos em**
142 **iminente despejo forçado no acampamento Tiago Campim dos Santos, em Rondônia -**
143 **Processo SEI 00135.220261/2020-71 - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira
144 Costa colocou a referida Nota em processo de votação, sendo aprovado pela unanimidade dos

145 presentes. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin manifestou a preocupação da Comissão Terra e
146 Água em relação à posição do MJSP de que os movimentos sociais que lutam pela terra no estado
147 de Rondônia são organizações criminosas, ponderando que essa questão será aprofundada no relato
148 da Comissão com a apresentação de uma recomendação contrária a criminalização dos movimentos
149 nesse estado. O Vice-Presidente Darci Frigo destacou a posição de ataque das forças policiais do
150 estado de Rondônia aos movimentos sociais e entendeu que o governo federal deve atuar através do
151 seu órgão de regularização fundiária e adotar uma postura de saber como as forças públicas estão
152 atuando no estado. O Conselheiro Rafael Raeff Rocha colocou-se a disposição para estar presente
153 na discussão específica desse ponto e esclareceu que a atuação da Força Nacional se baseia na
154 solicitação do estado, afirmando que desconhece a questão de a priori tratar qualquer tipo de
155 movimento social como ato criminoso. Comprometeu-se a conversar com o Diretor da Força
156 Nacional para trazer mais informações. O Sr. Júlio Araújo, Diretor da Associação Nacional de
157 Procuradores da República (ANPR), discorreu que a questão do estado de Rondônia é muito
158 preocupante, uma vez que possui como problema original a falta de fundamentação para a
159 intervenção da Força Nacional em uma situação classificada como conflitos agrários. Externadas
160 todas as opiniões e manifestações, o Conselheiro Rafael Raeff Rocha afirmou que apresentará as
161 informações necessárias no segundo dia de reunião após a reunião com o Diretor das Forças
162 Armadas. **Referendo de Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos- CNDH**
163 **Recomendação nº 37, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre a necessidade de rejeição**
164 **do PL Nº 1.595/2019, pela inconstitucionalidade e pelos riscos que interpõe ao Estado**
165 **Democrático de Direito no Brasil Processo SEI nº 00135.221121/2021-09 - Presidente Yuri**
166 **Costa:** Apresentada a referida recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou-a
167 em processo de votação, sendo aprovada pela maioria dos presentes, com o registro de abstenção do
168 MRE. **Relato encaminhamentos da 10ª Reunião da Comissão Especial para revisão do**
169 **Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O
170 Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou que a Comissão tem feito um trabalho árduo e
171 detalhista, registrando a solicitação de dilação de mais 30 dias para conclusão dos trabalhos diante a
172 complexidade da matéria. Não havendo comentários, colocou a solicitação em processo de votação,
173 sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. **Relato da 16ª Reunião do Grupo de Referência**
174 **do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - Conselheira Eneida Guimarães:** A
175 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos agradeceu a presença dos conselheiros no

176 Encontro Nacional da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos realizado nos dias 5 e 6 de
177 outubro, especialmente, ao Presidente do CNDH que realizou a abertura e permaneceu durante todo
178 o período do primeiro dia. Destacou que houve a participação de mais 60 pessoas, entre os quais
179 representantes dos 16 conselhos estaduais ativos. Elencou as temáticas trabalhadas durante o
180 Encontro, ressaltando que trouxeram importantes contribuições e encaminhamentos. Apresentada a
181 minuta de Resolução Conjunta nº 01 da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que
182 estabelece diretrizes para o fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos, o Presidente Yuri
183 Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada pela unanimidade dos
184 presentes. Dando continuidade ao relato, a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos
185 relatou que o Grupo de Referência ficou responsável pela análise das contribuições do Encontro
186 Nacional e constatou a necessidade de aprofundar as questões temáticas com parceiros dos diversos
187 conselhos estaduais. Informou que sugeriram, como encaminhamento, que o próximo encontro será
188 realizado em maio de 2022 por se tratar de um ano eleitoral. **Relato e encaminhamentos da 18ª**
189 **Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social –**
190 **Conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Dirami Berriel informou que a Comissão
191 não se reuniu no mês de outubro, ponderando que a próxima reunião será realizada no dia 3 de
192 novembro. Reapresentou a recomendação elaborada a partir da denúncia realizada pela Sra.
193 Margareth Alves Dallaruvera com as adequações aprovadas durante a 24ª Reunião Plenária
194 Extraordinária. Acrescentou que, em conversa com a Sra. Margareth Alves Dallaruvera, foi
195 informada que o processo movimentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ foi arquivado,
196 permanecendo apenas a suspensão disciplinar por 45 dias. Feitas algumas adequações formais na
197 redação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a recomendação em processo de votação,
198 sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade ao relato, a Conselheira
199 Virgínia Dirami Berriel informou receberam uma denúncia do Sindicato de Sorocaba/SP e da CUT
200 com relação à demissão de 35 merendeiras terceirizadas da Golden Serviços e Empreendimentos
201 Técnicos do município de Votorantim/SP por serem filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores em
202 Refeições de Sorocaba e Região – Sindirefeições. Registrou o seu repúdio a essa situação e afirmou
203 que a questão será mais bem apurada na Comissão. **Relato da 18ª Reunião da Subcomissão**
204 **Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental – Conselheiro Rogério Giannini:** O
205 Conselheiro Rogério Giannini contextualizou o caso sobre maus-tratos, cárcere privado e abuso
206 sexual sofrido por 33 mulheres de 30 a 90 anos em uma clínica autointitulada como de acolhimento

207 a pessoas com transtornos mentais graves, que teve extrema repercussão midiática. A Conselheira
208 Eneida Canêdo Guimarães dos Santos arrazoou que a Comissão Permanente de Promoção e Defesa
209 dos Direitos das Mulheres, da População LGBTQIA+, Promoção da Igualdade Racial e
210 Enfrentamento ao Racismo e a Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental
211 coordenada pelo Conselheiro Rogério Giannini trabalharam essa questão conjuntamente. Destacou
212 a importância da presença da convidada e entendeu que seria importante que o CNDH organizasse
213 uma missão ao município de Crato/CE para trabalhar a questão da reforma psiquiátrica. A Sra.
214 Verônica Isidoro, Frente de Mulheres do Carari/CE, cumprimentou a todos e agradeceu pela
215 oportunidade de estar participando dessa reunião. Discorreu que a situação relatada já havia
216 acontecido em 2016 em outro abrigo para mulheres, destacando que foi realizada uma ação ampla e
217 coletiva. Registrou que, na última semana, também foram surpreendidos com mais uma denúncias,
218 mas em um abrigo de homens. Com relação à denúncia realizada no dia 12 de agosto referente ao
219 município de Crato/CE, que teve grande repercussão nacional, explanou que o MMFDH foi
220 mobilizado e estão aguardando a presença da Ministra. Observou que a situação mostra uma grande
221 negligência do poder público, principalmente, do poder público municipal no acompanhamento
222 desse tipo de acolhimento. Informou que encaminharam alguns documentos ao Ministério Público,
223 solicitando informações e que foram surpreendidos com a notícia da construção de um manicômio
224 particular em um terreno cedido pela prefeitura de Crato/CE, explanando que organizaram um
225 Comitê no estado envolvendo os Conselhos de Direitos Humanos, a Assembleia Legislativa, os
226 municípios, as instituições da luta antimanicomial e organizações de mulheres e LGBT para o
227 enfrentamento da instalação desse manicômio. Discorreu que as mulheres do abrigo denunciado
228 foram encaminhadas para as suas famílias ou colocadas em outros abrigos, sendo que estão
229 tentando criar uma Comissão de Acompanhamento. Registrou que o estado do Ceará é o segundo
230 estado no ranque de violência contra a mulher e de feminicídio do país e informou que o
231 governador do estado lançou um decreto proibindo a divulgação dos dados de violência, solicitando
232 o auxílio ao CNDH em relação a essa questão. Solicitou auxílio também ao CNDH referente à
233 realização do julgamento dos crimes das quatro mulheres das sete que foram assassinadas há 20
234 anos com requinte de crueldade na região do Cariri. O Conselheiro Rogério Giannini observou que
235 a Sra. Verônica Isidoro trouxe um leque de temas graves e importantes em relação aos direitos
236 humanos. Compreendeu que, como encaminhamento, o CNDH, talvez, pudesse se manifestar de
237 maneira mais imediata em relação às mulheres assassinadas, como também, a realização de um

238 diálogo com o movimento de mulheres de luta antimanicomial da região do Cariri, organizando
239 uma missão. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos concordou com a sugestão e
240 entendeu que é necessário compreender melhor qual é o objetivo da visita da comitiva da Ministra
241 em Crato/CE. Inferiu que é salutar a missão ao município de Crato/CE para trabalhar os princípios
242 da reforma psiquiátrica e afirmou que é inadmissível a proibição da divulgação dos dados sobre a
243 violência contra as mulheres. Resgatou a visita realizada pelo CNDH em 2019 no estado do Ceará
244 referente às questões relacionadas aos direitos humanos da população carcerária. O Presidente Yuri
245 Michael Pereira Costa solicitou que a Comissão e a Subcomissão elaborem uma eventual
246 manifestação do CNDH quanto às questões colocadas e registrou a demanda apresentada de missão
247 ao estado do Ceará, especialmente, a região de Crato/CE tendo como pauta a reforma psiquiátrica
248 com destaque à violência contra a mulher, colocando-a em processo de votação, sendo aprovada
249 pela unanimidade dos presentes. **Informes de deliberações da 23ª Reunião da Comissão**
250 **Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTQIA+,**
251 **Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Conselheiras Sandra Maria da**
252 **Silva Andrade, Eneida Guimarães, Lucileine da Silva Souza e Conselheiro Paulo Mariante: O**
253 Conselheiro Paulo Tavares Mariante registrou que a Comissão teve a oportunidade de ouvir a Sra.
254 Symmy Larrat, Presidente da ABGLT e colaboradora da ANTRA, sendo que houve o entendimento
255 que era fundamental a apresentação do relatório ao Plenário, passando-lhe a palavra. A Sra. Symmy
256 Larrat cumprimentou a todos e, em seguida, apresentou os principais pontos do Dossiê Assassinatos
257 e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileira em 2020, salientando como recomendações
258 importantes: efetivação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com protocolos; criação da
259 política de abrigo; e a implementação de políticas públicas que protejam e promovam a
260 diversidade. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante complementou explicando que as
261 recomendações podem ser dirigidas ao MJSP, mas também para as Secretarias de Segurança
262 Público do estado. Sugeriu que fosse apresentada uma proposta de recomendação elencando
263 algumas questões essenciais referentes à segurança pública e à promoção dos direitos humanos da
264 população LGBTI em diálogo com a ABGLT, a ANTRA e as organizações membro do Conselho
265 Nacional Popular LGBTI para apreciação na próxima reunião plenária. A Conselheira Márcia
266 Regina Ribeiro Teixeira concordou com a sugestão e informou sobre a criação da primeira
267 promotoria com atribuição LGBTIQ+ na Bahia, ponderando que alguns estados estão criando
268 núcleos para trabalhar as questões relacionadas a essa população. O Presidente Yuri Michael Pereira

269 Costa concordou com a proposta apresentada de elaboração de recomendação do CNDH para
270 deliberação na próxima reunião plenária e agradeceu a presença dos convidados. Dando sequência à
271 reunião, passou-se ao **Debate sobre o Marco Temporal e Ameaça aos Direitos Humanos dos**
272 **Povos Indígenas**: O Presidente Yuri Michael Pereira Costa realizou um agradecimento especial ao
273 Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá pela articulação com os
274 convidados: Samara Carvalho Santos, Advogada Indígena vinculada à APIB e Marcos Saburu,
275 Defensor Política da APIB. O Conselheiro Marcelo Chalhéo justificou que terá que se ausentar da
276 reunião, sugerindo colocar em votação a elaboração de uma nota de condolências em relação ao
277 Sebastião Tapajós após esse momento de discussão do marco temporal. Passando a palavra aos
278 convidados, a Sra. Samara Carvalho Santos cumprimentou a todos e registrou que o marco temporal
279 é contrário aos direitos territoriais indígenas, pois é limitador, inconstitucional e violador de
280 direitos. Afirmou que é um retrocesso ao conjunto de direitos reconhecidos e consagrados na Carta
281 Constitucional e à interpretação que tem se dado à Constituição para que os direitos reconhecidos
282 aos povos indígenas não sejam efetivados. Destacou a importância de fortalecer as organizações
283 indígenas para a defesa dos direitos e interesses indígenas em juízo e observou que, hoje, há uma
284 ampliação da disputa interpretativa do que é reconhecido como direito originário às terras
285 tradicionalmente ocupadas, algo que já existia antes de 1988 e proclamado pela Carta. Salientou que
286 o marco temporal é um critério limitador dos direitos territoriais dos povos indígenas e que o
287 movimento se posiciona contrário a ele devido aos efeitos nocivos enfrentados há mais de 10 anos.
288 Afirmou que continuarão lutando e resistindo e colocou-se à disposição para o debate. Não havendo
289 a presença do segundo convidado, abriu-se para manifestações dos conselheiros. O Conselheiro
290 Everaldo Bezerra Patriota agradeceu pela exposição e ponderou que o CNDH realizará todas as
291 incidências possíveis para que não haja a usurpação dos direitos desse povo originário. O
292 Conselheiro Marcelo Chalhéo parabenizou pelo trabalho realizado pela convidada e registrou que o
293 Conselho encaminhou memoriais para o STF sustentando uma posição contrária ao marco temporal,
294 inclusive, realizou algumas incidências públicas através de notas divulgadas amplamente. Afirmou
295 que o CNDH continuará *paripassu* com os povos indígenas e as populações tradicionais na rejeição
296 desse marco temporal. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa realizou referência à atuação da
297 DPU em relação à etnia Akroá-Gamella para demonstrar quanto o critério do marco temporal é
298 perversa com relação aos povos originários. O Sr. Júlio Araújo, Associação Nacional dos
299 Procuradores da República (ANPR), parabenizou pela exposição e externou a sua preocupação com

300 a situação, entendendo que seria interessante a elaboração de uma manifestação do CNDH em
301 relação à falta de definição do STF. Explanou sobre a dificuldade de mobilização pelos direitos e
302 destacou a importância de ficarem atentos ao debate sobre os direitos territoriais indígenas e a todas
303 as tentativas de desconstitucionalização da matéria. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin
304 agradeceu e parabenizou pela apresentação que combate várias notícias falsas que circularam pela
305 *internet* e colocou o CNDH à disposição para defender os direitos dos povos indígenas originários.
306 O Vice-Presidente Darci Frigo agradeceu pela exposição e destacou a demora injustificável no
307 julgamento desse caso, entendendo que os ministros deveriam concluir essa votação e garantir
308 aquilo que já foi demandado ao Sistema de Justiça. Questionou qual seria a contribuição que o
309 CNDH poderia dar para o andamento do marco temporal no STF. Retornando a palavra à convidada,
310 a Sra. Samara Carvalho Santos agradeceu pelas explicações e informou que houve umas pequenas
311 conquistas no decorrer do processo, exemplificando. Solicitou auxílio do CNDH no cumprimento
312 da decisão do Ministro Edson Fachin em relação à suspensão nacional dos processos referentes às
313 ações possessórias e anulatórias prejudiciais ao direito territorial indígena. Compreendeu que o
314 Conselho pode auxiliar na incidência junto ao STF para que o processo seja pautado novamente e
315 destacou que os povos indígenas apenas querem os seus territórios ancestrais retirados e não
316 qualquer pedaço de terra. Colocou-se à disposição do CNDH, agradecendo a oportunidade de
317 participação. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos afirmou que a história indígena é
318 um capítulo que tem sido negligenciado na história social do Brasil e recordou as palavras fortes de
319 Anjuricaba “Essa terra tem dono”. Externadas todas as manifestações, o Presidente Yuri Michael
320 Pereira Costa colocou a proposta de realização de incidência a favor dos povos originários e contra
321 o marco temporal junto ao STF em processo de votação, sendo aprovada pela maioria dos presentes,
322 com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, MNDH BRASIL, PF, UBM, CUT,
323 ANAB, DHESCA BRASIL, CPF, ANCED, DPU, ABGLT. Abstencões: MRE, MMFDH.
324 Registrou o agradecimento pela contribuição da Sra. Samara Carvalho Santos, que também
325 agradeceu pela oportunidade e parabenizou o CNDH pela forte atuação, sobretudo, neste contexto
326 adverso de acentuadas violações aos direitos humanos. **Atuais Condições de Funcionamento do**
327 **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT):** O Conselheiro Paulo Tavares
328 Mariante registrou que faz parte da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil do Comitê juntamente
329 com Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira, informando que o edital de seleção de novos
330 representantes estabelecia uma disposição não prevista em lei, o que excluiu completamente a

331 possibilidade de participação de universidades públicas e do Conselho Federal da Ordem dos
332 Advogados do Brasil, instituições com notória atuação no campo de prevenção e combate à tortura
333 no país. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel registrou que representa a CUT no CNPTC e
334 salientou os ataques realizados ao Comitê pelo governo federal, o que prejudicou muito os seus
335 trabalhos. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota realizou a leitura de matéria da Coluna da
336 Mônica Bergamo na Folha de São Paulo que trata da paralização do Comitê e da nota do MMFDH,
337 observando que a Ministra Damares Alves é uma ditadora. Informou que sugeriu a inclusão desse
338 assunto, uma vez que será realizada uma reunião com Sistema Nacional de Combate à Tortura nos
339 dias 11 e 12 de novembro. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira relatou que o
340 representante da DPU na Comissão Eleitoral informou sobre a ação ajuizada no Rio de Janeiro
341 representando a Universidade do Rio de Janeiro. Arrazou que observaram durante a análise das
342 inscrições que algumas seriam aliadas ao governo federal por não terem demonstrando experiência
343 no combate à tortura. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante discorreu que há um novo edital para
344 as vagas remanescentes e entendeu que seria interessante continuar na Comissão Eleitoral para
345 evitar o pior. Observou que houve uma tentativa de esvaziamento ao longo do tempo, destacando
346 que o movimento LGBT não reconhece o atual CNPCT como um conselho, visto que os
347 representantes da sociedade civil não foram eleitos pela própria sociedade civil. Solidarizou, em
348 nome da ABGLT, ao posicionamento do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil,
349 intuindo que a atitude tomada está correta. Lembrou que o CNDH, na gestão passada, manifestou-se
350 contra a candidatura do Estado Brasileiro ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, ponderando
351 que, nesse momento, deve se pronunciar sobre os ataques do MMFDH ao Sistema Nacional de
352 Combate à Tortura, ao CNPCT e ao Mecanismo Nacional de Combate à Tortura. A Conselheira
353 Mônica de Alkmim Moreira Nunes informou que a Comissão Especial de Participação Social foi
354 criada após a publicação do Decreto nº 9759/2019 e realiza um debate sobre aqueles conselhos
355 permanecem em funcionamento, mas que perderam o seu perfil, inclusive, de participação
356 democrática. Explanou que o Encontro “Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil:
357 Uma Agenda a Proteger” realizado em setembro/2021 tinha o objetivo de tratar os ataques à
358 democracia. Compreendeu que o debate nesse momento deve se desdobrar em uma posição do
359 Conselho com o auxílio da Comissão. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira relatou que
360 possui duas sugestões para análise: a primeira de que as representações do CNDH e da DPU
361 saíssem da Comissão Eleitoral e a segunda de elaboração de uma nota técnica à Ministra.

362 Externadas todas as manifestações pelos conselheiros, deliberou-se pela manutenção da
363 representação do CNDH na Comissão Eleitoral da Formação do CNPCT para o próximo biênio,
364 com vistas a contribuir no monitoramento das ilegalidades e irregularidades que o procedimento
365 eleitoral em curso vem apresentando. Em seguida, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou
366 as seguintes propostas em processo de votação: (i) elaboração de uma nota pública de repúdio ao
367 tratamento do governo federal ao CNPCT; (ii) Emissão de ofício justificando a ausência da
368 representação do CNDH à reunião do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, agendada
369 para os dias 11 e 12 de novembro; (iii) Emissão ofício ao representante regional do Escritório do Alto
370 Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Jan Jarab, narrando o caso e
371 convidando-o a vir pessoalmente ao Brasil e, caso não seja possível, a realizar reunião remota com o
372 conselho para debate do tema. Aprovadas pela maioria dos presentes, com o registro dos seguintes votos
373 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, MNDH BRASIL, UBM, CUT, ANAB, DHESCA
374 BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, DPU. Contrários: MMFDH, MRE. A nota de repúdio também
375 será encaminhada ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto de Vilhena; e ao
376 Procurador-Geral da República, Antonio Augusto Aras, conforme sugestão do Conselheiro Everaldo
377 Bezerra Patriota. **Debate sobre o Projeto de Lei nº 1595/2019 (Projeto de Lei Antiterrorismo) –**
378 **Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo observou que o CNDH já possui uma
379 manifestação em relação ao Projeto de Lei nº 1595/2019, porém, registrou que o projeto foi
380 aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados no dia 17 de setembro. Salientou que
381 todos os dispositivos apresentados nesse projeto de perseguição aos movimentos sociais se
382 confirmaram nos debates realizados pela Comissão Especial. Sugeriu que o CNDH solicitasse
383 reunião preferencialmente presencial com o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara dos
384 Deputados para manifestar a sua posição contrária ao projeto de lei e solicitar que não seja colocado
385 em votação. Sugeriu também que fosse elaborada uma nota pública dando publicidade a essa
386 deliberação. Não havendo nenhum comentário, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou as
387 propostas sugeridas pelo Vice-Presidente do CNDH em processo de votação, sendo aprovadas pela
388 maioria dos presentes, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL, PF,
389 MNDH BRASIL, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED,
390 DPU. Abstenções: MMFDH, MRE. Dando sequência, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
391 retomou a proposta apresentada pelo Conselheiro Marcelo Chaleiro de elaboração de nota de
392 condolências ao Sebastião Tapajós, solicitando que a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos
393 Santos realizasse uma contextualização para conhecimento dos conselheiros. A Conselheira Eneida

394 Canêdo Guimarães dos Santos discorreu que Sebastião Tapajós era um violonista conhecido
395 mundialmente que abriu espaço para jovens compositores, os quais tiveram a oportunidade de
396 dividir os fechados espaços da música instrumental do país. Além disso, salientou que o violonista
397 era dedicado à cultura nacional e entendeu que essa homenagem também deve ser feita a sua
398 família, valorizando os seus feitos. Não havendo outras manifestações, o Presidente Yuri Michael
399 Pereira Costa colocou a proposta apresentada de elaboração de nota de condolências e remessa por
400 ofício à família de Sebastião Tapajós em processo de votação, sendo aprovada pela unanimidade
401 dos presentes. Questionou aos conselheiros se haveria outra questão a ser colocada antes do
402 encerramento do primeiro dia de reunião. O Vice-Presidente Darci Frigo externou a sua
403 preocupação com a extensão da pauta do segundo dia de reunião e o Presidente Yuri Michael
404 Pereira Costa ponderou que não se opõe a antecipar alguns itens de pauta de forma a diminuir o
405 trabalho do segundo dia, questionando se haveria alguma oposição em relação a essa antecipação.
406 Não havendo oposição, passou-se ao **Relato da 10ª Reunião da Comissão Especial de**
407 **Participação Social:** A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes informou que a Comissão
408 realizou o Encontro “Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil: Uma Agenda a
409 Proteger” com quatro painéis, o qual trabalhou três diretrizes do PNDH-3: interação democrática
410 entre estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa, o
411 fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e da
412 interação democrática e a integração e ampliação do sistema de informação em direitos humanos e
413 construção dos mecanismos de avaliação e monitoramento. Afirmou que foi um encontro muito
414 positivo e que os desdobramentos dos quatro painéis serão transformados em publicação do CNDH.
415 Relatou que foi realizada uma apresentação do Instituto Igarapé sobre como os desdobramentos das
416 conferências e das decisões dos conselhos chegam efetivamente aos espaços de decisão da gestão
417 pública, ponderando que a gestão do Instituto apresentou uma proposta de parceira para o CNDH de
418 acompanhamento de outros instrumentos de participação e de consulta popular. Explanou que está
419 sendo elaborada uma relatoria do Encontro que será apresentada no dia 10 de dezembro de 2021.
420 Retomando os **Informes de deliberações da 23ª Reunião da Comissão Permanente de**
421 **Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTQIA+, Promoção da**
422 **Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos
423 Santos discorreu que a Comissão realizou uma discussão sobre a quantidade de feminicídios do
424 país, na qual os seus membros debateram sobre como o CNDH poderia contribuir para a diminuição

425 desse número. Diante essa questão, relatou que foi criado um Grupo de Trabalho para elaboração de
426 um formulário para levantamento de dados das ocorrências de deslocamentos a fim de contribuir na
427 elaboração de políticas públicas. Acrescentou que também foi discutido sobre os relatórios do
428 Carrefour que será apresentado na próxima reunião. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante
429 complementou discorrendo que a Comissão também discutiu sobre a possibilidade de fortalecer a
430 participação como Comissão junto ao Grupo de Trabalho sobre Violência contra as Parlamentares.
431 Retornando ao **Relato da 18ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e**
432 **Saúde Mental:** O Conselheiro Rogério Giannini explanou que a Subcomissão continuou o debate
433 sobre a formulação dos seminários, sem outras discussões. **Informes e deliberações da 18ª**
434 **Reunião da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações**
435 **Internacionais em Matéria de Direitos Humanos – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-
436 Presidente Darci Frigo salientou que a principal ação dessa Comissão é o debate sobre Instituição
437 Nacional de Direitos Humanos (INDH), ponderando que estão sendo realizadas várias reuniões com
438 consultores. Informou que, provavelmente, será realizada uma reunião de monitoramento da política
439 externa no dia 19 de outubro de 2021, que tratará especificamente sobre o posicionamento do Brasil
440 na última reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU. **Conclusão do 1º dia da 25ª**
441 **Reunião Extraordinária do CNDH – Presidente Yuri Costa:** Não havendo mais tempo hábil
442 para outras discussões, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à
443 participação de todos, encerrando o 1º dia de reunião. **9h - Abertura do 2º dia de Reunião**
444 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
445 iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às
446 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. **Informes e orientações gerais:** A
447 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos informou que o Presidente Jair Bolsonaro vetou
448 a distribuição gratuita de absorventes que constava no projeto de lei aprovado no Congresso
449 Nacional, entendendo que o CNDH deveria se debruçar sob esse veto. Registrou que foi mantido o
450 trecho que institui a criação de um programa como estratégia para a promoção da saúde e atenção à
451 higiene feminina, que será integrado entre os entes federados e terá implementação, “campanhas
452 informativas e conscientização da população a cerca da importância do tema”. Discorreu que o
453 Presidente justificou que a distribuição de absorventes a estudantes de baixa renda contraria o
454 interesse público por não existir compatibilidade com a autonomia das redes de estabelecimento de
455 ensino e que o PL não indicava fonte de custeio para a aquisição ou medida compensatória. Sugeriu

456 que fosse elaborada uma nota do CNDH para manifestar a sua indignação aos vetos. O Presidente
457 Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pelo informe e recordou que o Conselho já possui um
458 posicionamento formado sobre a questão, observando que a Recomendação nº 21/2020 recomendou
459 ao Congresso Nacional e ao Presidente da República a criação dessa política nacional. Registrou
460 que os argumentos para os vetos são frágeis e propôs que fosse aprovada a elaboração de uma nota
461 pública ratificando o posicionamento do CNDH sobre o tema para envio ao Congresso Nacional.
462 Não havendo oposição em relação à votação da proposta, colocou-a em processo de votação, sendo
463 aprovada pela maioria dos presentes, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG,
464 PF, MNDH BRASIL, UBM, CUT, DHESCA BRASIL, CFP, ABGLT, ANCED, ANAB,
465 MNMMR, DPU. Abstencões: MMFDH, MPF. Antes de passar a palavra para o próximo informe,
466 registrou a presença dos convidados, dando-os as boas-vindas. A Conselheira Karoline Aires
467 Ferreira Vasconcelos informou que foi recebida uma denúncia da Organização *Women on Waves*
468 sobre a ADPF nº 527 que trata sobre o direito das pessoas LGBTI ao cumprimento de pena em
469 condições compatíveis com a sua identidade de gênero. Discorreu que a Organização pretende
470 encaminhar ao CNDH uma série de documentos sobre o assunto que confirmam o auto padrão de
471 violência masculina. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que o Conselho Federal da
472 OAB está elaborando nota sobre o Projeto de Lei nº 1595/2019. **Apresentação do Programa**
473 **Abrace o Marajó – Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos:** A Conselheira Karoline
474 Aires Ferreira Vasconcelos recepcionou o convidado Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira, Assessor
475 Especial do MMFDH, passando-lhe a palavra. O Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira apresentou o
476 Programa Abrace o Marajó, destacando os motivos de escolha da região de Marajó para realização
477 do projeto piloto. Relatou que esse programa possui o objetivo de melhorar o padrão de
478 desenvolvimento humano dos 16 municípios que compõem o arquipélago com a redução dos
479 índices de violação dos direitos humanos por meio da entrega de bens, serviços e de política
480 públicas para a ativação do potencial de desenvolvimento da região com sustentabilidade.
481 Apresentou o Plano de Ação do Programa 2020/2023 aprovado em 31 de agosto de 2020 por seu
482 Comitê Gestor e as iniciativas já entregues. Destacou, como considerações finais, que o Abrace o
483 Marajó é uma ação de desenvolvimento com coordenação e integração de políticas públicas e um
484 programa de gestão coletiva com execução descentralizada, sendo que o maior desafio é a
485 sustentabilidade da estratégia de resgate. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pela
486 apresentação e abriu o espaço para manifestação dos conselheiros. A Conselheira Eneida Canêdo

487 Guimarães dos Santos salientou a necessidade de ter uma ação mais articulada entre o governo
488 federal, governo estadual e governo municipal e uma participação mais efetiva do controle social.
489 Questionado qual seria o orçamento e a fonte do Programa Abrece o Marajó, o Conselheiro Paulo
490 Tavares Mariante ponderou que teve uma leitura de que algumas metas e a relação de valores de
491 alguns eixos são pouco definido e observou que não houve a participação popular nessa construção
492 de acordo com a apresentação. O Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira explanou que há uma
493 instância de governança dentro do Programa Abrece o Marajó que precisa ser ajustada para
494 representar efetivamente as forças políticas, trazendo, inclusive, a representação da sociedade civil
495 organizada do Marajó. Explicou que o Programa busca o desenvolvimento regional com a entrega
496 de políticas públicas coordenadas no território selecionado para a ativação do potencial de
497 desenvolvimento. Informou que já foram implementados cerca de R\$ 1.000.000.000,00 no primeiro
498 ano e estão reprogramados R\$ 700.000.000,00 para 2023 apenas do governo federal. Disponibilizou
499 o seu contato para novos esclarecimentos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu
500 novamente pela apresentação e informou que a Secretaria Executiva confirmou o recebimento da
501 denúncia relatada pela Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos. **Relato e**
502 **encaminhamentos da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e**
503 **Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais – Conselheira Márcia Regina**
504 **Ribeiro Teixeira e Conselheiro Dinamam Tuxá:** A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira
505 informou que a Comissão debateu sobre o Programa de Proteção de Direitos Humanos em sua
506 última reunião, sendo que foi marcada uma reunião com o estado do Rio de Janeiro com a
507 participação da DPU, DPE e o Ministério Público para tratar de questões que envolvem esse
508 programa nesse estado. Relatou que foi realizada a apresentação sobre os Programas de Direitos
509 Humanos, ponderando que já foi realizada a publicação de uma prospecção do plano em relação da
510 decisão do Tribunal Regional Federal 4ª Região (TRF4). Salientou os principais pontos da
511 apresentação realizada, finalizando o relato. **Relato e encaminhamento da 32ª Reunião da**
512 **Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e**
513 **Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos**
514 **Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários – Conselheiras**
515 **Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala Lindabeth Dias Ferreira; Conselheiros Leandro**
516 **Scalabrin e Dinamam Tuxá:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin justificou as ausências da
517 Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade e do Conselheiro Dinamem Tuxá e discorreu que a

518 Comissão tem exigido dos seus integrantes uma série de atividades extraplenária para conseguir
519 realizar as oitivas e analisar as denúncias encaminhadas. Relatou que, na última reunião, houve um
520 processo de escuta para instrução de relatórios e de denúncias e explanou que, para deliberação do
521 Plenário, há um parecer elaborado pelo Consultor *Ad hoc* sobre o caso das Comunidades
522 Tradicionais de Cajueiro/São Luís/Maranhão e uma recomendação que complementa a nota pública
523 sobre o risco de grave violação de Direitos Humanos em iminente despejo forçado no acampamento
524 Tiago Campim dos Santos em Rondônia. Apresentada a proposta de Recomendação que recomenda
525 à União, ao MJSP, ao MMFDH, ao INCRA, à FUNAI, ao Governo do Estado de Rondônia e
526 representa ao Ministério Pública do Estado de Rondônia a adoção de medidas para a garantia de
527 direitos de defensoras e defensores dos direitos humanos em Rondônia, abriu o momento para
528 manifestações dos conselheiros. O Conselheiro Rafael Raeff Rocha informou que conversou com o
529 Coordenador-Geral de Planejamento de Operações da Força Nacional e explicou que está sendo
530 trabalhado em um canal de comunicação transparente com a sociedade. Apresentou o quadro com a
531 produtividade das principais ações da Operação Mamoré II – RO, ressaltando que não há uma
532 deliberação assertiva da continuidade da Força Nacional nesse território. Afirmou que não houve
533 envolvimento de qualquer agente do governo federal, especialmente, da Força Nacional nos casos
534 de assassinatos. O Sr. Júlio Araújo compreendeu que ainda há necessidade de informações
535 qualitativa sobre a atuação da Força Nacional e externou a sua preocupação com a pauta de
536 indicação de planejamento, de fundamento e de alcance, destacando a relevância de esclarecer e
537 oferecer limites a esse tipo de intervenção. O Conselheiro Rafael Raeff Rocha explicou que os
538 relatórios qualitativos serão produzidos ao final da operação, comprometendo-se em apresentá-los
539 assim que forem finalizados. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin agradeceu pela atuação da
540 Sra. Cláudia Macedo e da Sra. Taia Mota as quais têm auxiliado no trabalho finalístico do CNDH e
541 notificou que a Comissão está trazendo três propostas: solicitação de audiência com o Tribunal de
542 Justiça de Rondônia para discussão sobre os casos de despejos no estado e expedição de solicitação
543 ao governador para posse imediata ao Conselho Estadual de Direitos Humanos de Rondônia. O
544 Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que já assinou o ofício ao governador do estado de
545 Rondônia e, em seguida, colocou a proposta de Recomendação em processo de votação, sendo
546 aprovada pela maioria dos presentes, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG,
547 UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT,
548 ANCED, DPU. Abstenção: MRE. Voto contrário: MJSP. Dando sequência ao relato, o Presidente

549 Yuri Michael Pereira Costa apresentou uma breve contextualização sobre a elaboração do Relatório
550 sobre a Situação dos Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais de Cajueiro/São
551 Luís/Maranhão, explanando que o Consultor *Ad hoc* Frederico Burnett da Universidade Estadual do
552 Maranhão elaborou uma série de recomendações direcionadas a diversos entes. Não havendo
553 considerações pelos conselheiros, colocou em processo de votação a resolução que dispõe sobre a
554 aprovação do relatório sobre a situação dos direitos humanos das comunidades tradicionais do
555 Cajueiro, São Luís, Maranhão, elaborado pelo consultor ad hoc Carlos Frederico Lago Burnette
556 determina o envio do mesmo para a União, o Governo do Estado do Maranhão, a Prefeitura
557 Municipal de São Luís, ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a Defensoria Pública do
558 Estado do Maranhão, o Ministério Público Estado do Maranhão, a Defensoria Pública da União, e a
559 empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais por quem Ihe suceda juridicamente no Ltda.
560 ou empreendimento. Aprovada pela maioria dos presentes, com o registro dos seguintes votos
561 favoráveis: OAB, MRE, CNPG, PF, UNISOL BRASIL, MJSP, MNDH BRASIL, CUT, ANAB,
562 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, DPU. Abstenções: MMFDH. **Relato da**
563 **18ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental –**
564 **Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini registrou que a Subcomissão não
565 realizará o seu relato, assim como a Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação
566 Adequada. Adiantou que o Presidente e o Vice-Presidente do CNDH foram demandados pela
567 Subcomissão para participarem da abertura e do encerramento do ciclo de debates pelos 20 anos do
568 Estatuto da Cidade. Registrou que a Lei do Despejo Zero foi sancionada, finalizando a sua
569 explanação. **Relato e encaminhamentos da 6ª Reunião da Comissão Permanente sobre**
570 **Segurança Pública e Direitos Humanos – Conselho Everaldo Patriota:** O Conselheiro
571 Everaldo Bezerra Patriota informou que a Comissão se reuniu e iniciou a discussão sobre a proposta
572 do CNDH de elaborar e fomentar a participação social na elaboração, acompanhamento e avaliação
573 da Política Nacional de Segurança, explanando que foi criado um Grupo de Trabalho com
574 representantes da academia, pesquisadores e profissionais da área. Arrazoou que também foi
575 discutido sobre a atualização das repostas que os órgãos estaduais do Ministério Público ofereceram
576 ao expediente do CNDH sobre a questão do Dia 7 de setembro, salientando que receberam o retorno
577 apenas de nove estados. Acrescentou que foi debatido sobre a oitiva da soldada da Polícia Militar
578 do Maranhão, na qual relatou sobre a situação de assédio sofrida. Diante essa questão, explicou que
579 será elaborada uma recomendação para a Polícia Militar. **Relato da 7ª Reunião da Comissão de**

580 **Litigância Estratégica – Conselheiro Everaldo Patriota:** O Conselheiro Everaldo Bezerra
581 Patriota notificou que a Comissão aprovou o ingresso na Ação Civil Pública que está ocorrendo em
582 Pernambuco e a petição referente aos Crimes de Maio, tendo como encaminhamentos o
583 agendamento de audiência com o Ministro João Otávio de Noronha e a articulação com o Senado
584 Federal para acionamento sobre eventual necessidade de conferir celeridade ao julgamento do
585 recurso. Com relação ao Sistema Interamericano, relatou que os expedicionários serão ouvidos para
586 realização de avaliação da participação do CNDH no âmbito das ações. **Relato da 14ª Reunião do**
587 **Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos – Conselheiro**
588 **Leandro Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin recordou que o Plenário deliberou
589 pela inclusão da ANPR no Grupo de trabalho, ponderando que há a necessidade de aprovar o ato
590 formal dessa inclusão para que não haja qualquer questionamento futuro. O Presidente Yuri
591 Michael Pereira Costa confirmou que há a necessidade de fazer essa aprovação formal por
592 resolução, sugerindo realizá-la por aclamação da proposta. Questionou se haveria algum
593 posicionamento contrário e não havendo, a proposta de resolução de inclusão do novo membro foi
594 aprovada pela unanimidade dos presentes. **Relato da 3ª Reunião da Comissão Especial sobre**
595 **Direitos Humanos e Pandemia – Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio Vargas:** O
596 Conselheiro Rogério Giannini reforçou o convite para o Seminário do CNDH sobre Pandemia que
597 será realizado no dia 18 de outubro, das 14h às 18h, em que será abordada a compreensão do
598 período de pandemia e o posicionamento do CNDH para reforçar os seus atuais e os futuros
599 posicionamentos. Explicou que os seminários poderão ser acompanhados pelas redes sociais do
600 CNDH e que serão abordadas ações do estado e da sociedade brasileira em relação ao
601 enfrentamento da pandemia e discutido o impacto no orçamento e na proteção econômica.
602 Discorreu que o informe do Consórcio de Veículos de Imprensa, que utiliza dados do Conselho
603 Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), mostrou que houve 599.141 mortes por Covid-19
604 acumuladas no período. **Relato e encaminhamento da 30ª Reunião da Comissão Permanente**
605 **dos Direitos da População em Situação de Rua – Conselheira Mairla da Silva Feitosa e**
606 **Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota:** O Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota registrou
607 que o relato da Comissão foi realizado na Plenária anterior, registrando apenas a aprovação do CNJ
608 da Política Nacional de Acesso à Justiça à População em Situação de Rua. Informou que foi
609 convocada atividade pelo Senador Fabiano Contarato da Comissão de Direitos Humanos do Senado
610 Federal para discussão sobre a ampliação da população em situação de rua. **Relato do Grupo de**

611 **Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas**
612 **Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) – Conselheiro**
613 **Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini registrou que a Comissão não realizou reunião
614 e não houve nenhum encaminhamento desde a última Plenária. **Deliberações da 24ª Reunião da**
615 **Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão – Conselheira**
616 **Elisabeth Villela Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa justificou a ausência da
617 Conselheira Elisabeth Villela Costa que está afastada para tratar algumas questões pessoais,
618 informando que não verá relato das deliberações da Comissão. **Informes e deliberações sobre as**
619 **atividades do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência**
620 **Política na Internet – Conselheira Elisabeth Villela Costa:** Retirado de pauta devido à ausência
621 da Conselheira. **Relato da 25ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em**
622 **Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes:** A Conselheira Vivian
623 Oliveira Mendes registrou que não há relato a ser realizado, uma vez que a última reunião não foi
624 realizada porque estava de licença médica. **Relato da 15ª Reunião do Grupo de Trabalho**
625 **constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º 742, que tem por**
626 **finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de Combate aos Efeitos**
627 **da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas Processo SEI nº 90790.001104/2020-**
628 **27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo relatou que conseguiu
629 acompanhar metade da reunião do Grupo de trabalho, ponderando que há vários detalhes que estão
630 sendo discutido sobre a implementação do Plano Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de
631 Covid-19 nas Comunidades Quilombolas. Informou que os quilombolas, apesar de ser um grupo
632 prioritário para vacinação, possuem uma taxa de vacinação abaixo da população geral, mostrando
633 há existência de sérios problemas para efetivação dessa vacinação. **Relato da 5ª Reunião do**
634 **Grupo de Trabalho sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de Deslocamentos**
635 **Compulsórios – Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos
636 Santos informou novamente sobre a elaboração de formulário para mapeamento em todo território
637 nacional dos motes que afetam as pessoas em deslocamento, explanando que estão programando o
638 seu lançamento para o dia 25 de outubro. Solicitou o empenho de todos os conselheiros para
639 participar da divulgação desse formulário. **Conclusão e Encerramento da 25ª Reunião**
640 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** Considerados debatidos todos os itens de

641 pauta, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à participação de
642 todos, finalizando a reunião.